



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação oral

### **Acelerar a legislação sobre o reordenamento dos bairros antigos**

Ao longo dos quase 15 anos que se seguiram ao estabelecimento da RAEM, com o grande apoio do Governo Central, o desenvolvimento económico obteve resultados notórios. Macau passou da pequena vila piscatória de antigamente a uma vistosa cidade conhecida em todo o mundo. Contudo, o planeamento urbanístico e os assuntos ligados à vida da população não conseguem ainda acompanhar a rapidez do desenvolvimento, originando muitos problemas, tais como as dificuldades do trânsito, a inflação, as longas esperas por consultas médicas, etc.. Mas o que mais incomoda os cidadãos são os extremamente elevados preços da habitação no mercado privado, incomportáveis para a maioria dos cidadãos. Os pedidos registados nas últimas duas candidaturas à habitação económica e os slogans na manifestação do 1.º de Maio demonstram bem os desejos dos cidadãos em relação à habitação.

Macau é uma terra pequena mas com muita gente, e a sua taxa de crescimento populacional é elevada, portanto, a escassez de solos é evidente. Os terrenos disponibilizados não conseguem satisfazer as necessidades mínimas ao nível quer do desenvolvimento económico quer da habitação. O Governo da RAEM espera, no futuro, através da cooperação regional, conseguir mais 10 km<sup>2</sup> de terrenos na ilha de Hengqing e ainda o direito de jurisdição marítima, com vista a aliviar controvérsias existentes, contudo, ainda



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

é longo o caminho a percorrer até se conseguir tudo isto. Deste modo, podemos dizer que “a água que está longe não consegue apagar o incêndio que está perto”, isto é, não se conseguem resolver as questões mais prementes. No que se refere à escassez de solos, há que acelerar os trabalhos de remodelação e reconstrução dos bairros antigos, aumentar a oferta de terrenos e, através do aumento da respectiva volumetria, melhorar as instalações nas zonas comunitárias. Estes poderão ser os métodos mais rápidos para resolver as necessidades habitacionais da população, sendo também uma das solicitações, de há longa data, dos moradores dos bairros antigos.

— Em 2006, começou a discussão do projecto sobre o Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos, em 2008, a discussão desse projecto foi concluída após 50 reuniões realizadas pelos três Grupos de Trabalho Especializados do Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos, e em 2011, a respectiva proposta de lei foi apresentada à Assembleia Legislativa. Mas em 2013 acabou por ser retirada pelo Governo. Naquela altura, alguns deputados entenderam que, atendendo à evolução social, parte do articulado daquela proposta de lei já não se coadunava com a realidade. Também o Chefe de Departamento de Planeamento Urbanístico das Obras Públicas, Lao long, salientou que a nova proposta de lei de reordenamento que ia apresentar ia ser ajustada no seu conteúdo, no sentido da sua articulação com a Lei do Planeamento Urbanístico, Lei de Terras e Lei de Salvaguarda do Património Cultural, todas já aprovadas por esta Assembleia.

— Assim sendo, interpele sobre o seguinte:

IO-2014-05-08-Zheng Anting (p) apn

2



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

1. As Leis do planeamento urbanístico, de terras e de salvaguarda do património cultural definem já, claramente, os regimes relativos ao desenvolvimento urbanístico, salvaguarda dos monumentos, optimização do espaço comunitário e aproveitamento dos terrenos, entre outros. No entanto, até agora nada se sabe sobre o ponto de situação dos trabalhos de ajustamento do conteúdo da proposta de lei sobre o Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos. Será que o Governo está a enfrentar dificuldades? Que dificuldades são essas?

2. As Leis do planeamento urbanístico, de terras e de salvaguarda do património cultural já entraram todas em vigor. Quando é que a proposta de lei sobre o Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos vai ser novamente apresentada a esta Assembleia? Existe alguma calendarização?

3. Atendendo ao aumento da “idade” dos prédios dos bairros antigos e à falta das reparações e manutenções necessárias ao longo dos anos, já está em causa a segurança de vários prédios velhos, e o Governo deve estar a par disso. Portanto, antes da aprovação da referida proposta de lei, de que medidas dispõe o Governo para promover a reconstrução dos prédios velhos e em ruína?

8 de Maio de 2014.

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Zheng Anting